

arquivo



administração

PUBLICAÇÃO OFICIAL
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS
v. 8 n. 3 dezembro 1980

*Roteiro para um guia
de arquivos históricos
privados*

Arquivos eclesiásticos

70372 Clas. PER
Arquivo & Administração
.3
dez.1980

00

00 2244

concretizar.¹ Temos, pois, na definição consagrada internacionalmente uma "relação metódica na qual as entradas dos documentos são dispostas segundo um critério temático, cronológico, onomástico ou outro, incluindo os documentos pertencentes a um ou mais fundos e sendo descritos de forma sumária".

Nesse catálogo a disposição dos verbetes obedece à ordem alfabética de grandes assuntos, mencionando-se a vinculação aos respectivos fundos, segundo suas unidades de produção. São referenciados 3.807 códices (volumes encadernados) cujas datas se situam entre 1555 (Atas da Câmara) e 1965 (alguns dossiês de funcionários, constituindo exceção, uma vez que, por sua modernidade, e, portanto, vigência jurídica e administrativa, deveriam estar abrigados no Arquivo Intermediário da Prefeitura, o Arquivo do Piquerí).

¹ Oliveira, Daíse Aparecida & Cerqueira, Carlos Gutierrez. Catálogo geral de manuscritos do Arquivo Histórico Municipal Washington Luís. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, 41 (191):55-496, jan./fev. 1979.

O critério escolhido foi o temático. As unidades estabelecidas (assuntos) foram cargos públicos, cemitérios, comércio e indústria, demografia, ensino, fazenda, imprensa, justiça, legislação, Matadouro Municipal, obras particulares, obras públicas, política, registros gerais, saúde, segurança, terras, transporte, vereança.

A tipologia documental está representada por atas, registros, impostos, relações, inventários, instruções, decretos, resoluções, portarias, posturas, alvarás, licenças, contratos, ofícios, requerimentos, despachos, contas, lançamentos, termos, estatísticas.

Os órgãos produtores da massa documental, que vêm a se constituir em fundos de arquivo, são, entre outros, a Câmara Municipal, o Tesouro Municipal, a Intendência de Justiça e Política e seus sucessivos desmembramentos, e o Conselho da Intendência (Intendências que, aglutinadas, deram origem à Prefeitura Municipal).

A excessiva preocupação dos autores com a direção da pesquisa

histórica em seu Arquivo, cercando demasiadamente o material repertoriado com remissivas, acabou por gerar certa confusão entre fundo, assunto e natureza do documento. Seria de desejar uma melhor ordenação entre os fundos e suas respectivas séries, assim como entre entradas principais e secundárias. Essas dificuldades, sanáveis a nível de catálogo, sem que se altere o arranjo e a descrição unitária, obviamente poderão ser corrigidas quando da nova edição, acrescida dos *documentos avulsos*, atualmente objetos de trabalho da equipe.

Se no campo da publicação de instrumentos de pesquisa nossa Arquivologia é pobre, no que concerne à descrição de arquivos municipais de considerável acervo, ela é praticamente virgem. Assim, quer pelo exemplo que oferece aos arquivistas municipais brasileiros, quer pela contribuição valiosa à descrição dos arquivos para estudos teóricos, e ainda pelas novas perspectivas que abre à história de São Paulo, esse catálogo tem méritos de pioneirismo, de qualidade e de permanência.

ENTREVISTA

Arquivos Eclesiásticos

O Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, pela importância e riqueza de sua documentação mereceu a atenção especial de nossa equipe de reportagem, que entrevistou Aloysio de Oliveira Martins, arquivista e coordenador dos trabalhos de reorganização do acervo.

A que pode ser atribuída a pequena freqüência do público ao Arquivo da Cúria?

— Quero crer que o quase total desconhecimento por parte do público e, também, o fato de só haver sido instalado há dois anos faz

com que o Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro seja muito pouco freqüentado.

Para maior informação do público, poderia dar algumas informações sobre o acervo documental da Cúria?

— Seu acervo é constituído por mais de um milhão de documentos, precariamente instalado em prateleiras inadequadas, entre paredes com fendas e rachaduras. O arquivo possui valiosa e curiosíssima documentação sobre as primeiras famílias do Rio de Janeiro, número de paróquias, regis-

tros de nascimento e batismo, atestados de óbito, processos de anulação de casamento, relatos sobre a invasão francesa em Portugal, dados sobre a Colônia de Sacramento e até um diário de Dona Maria I, mãe de D. João VI.

Que providências foram tomadas para a reorganização da documentação do arquivo?

— Sob a direção de Monsenhor Vital de Albuquerque Cavalcante, o arquivo vem sendo organizado por um grupo de quatro funcionários, por mim liderados, con-

tando, ainda, com a colaboração de quatro estagiários recrutados através de convênio firmado com a Fundação MUDÉS.

A equipe vem procedendo à leitura e à classificação de documentos que datam de até três séculos atrás e, eventualmente, auxilia os pesquisadores em suas consultas e pesquisas.

Até o momento, quais os resultados concretos obtidos pela equipe contratada?

— Os resultados obtidos até o momento estão ainda muito aquém do que se poderia desejar. Isto se deve, sobretudo, à falta de pessoal especializado em conhecimentos paleográficos, indispensáveis à compreensão de manuscritos antigos que compõem, em sua maioria, o acervo da Cúria.

Além da reorganização do acervo, quais os principais problemas a serem enfrentados pela Cúria Metropolitana?

— As instalações precárias e reduzidas e a falta de um laboratório de restauração são preocupações constantes do Diretor, Senhor Vital, que, para saná-las, pelo menos em parte, vem enviando esforços no sentido de transferir o acervo para as dependências do Palácio São Joaquim, onde os documentos ficarão ao abrigo da umidade e dos insetos, que no momento, constituem lugar comum na Cúria.

Sabemos que a documentação do Arquivo da Cúria apresenta inúmeras curiosidades. Poderia citar algumas delas?

— Em meio à documentação mais antiga, já classificada, destacam-se: *proclamas*, datados de 1620, que se constituem em processos de casamento, onde os fu-

turos casais expõem os motivos da união, arrolam seus bens, escolhem testemunhas e autoridades eclesíásticas para a legalização do enlace; *libelos de divórcio* das primeiras décadas do século XVIII, e que nada mais são do que tentativas de anulação de casamento, descrevendo minuciosamente adúlteros e outras justificativas para a separação; *tábuas de povoação*, documentos precursores dos censos demográficos.

Os levantamentos populacionais foram realizados pelo Bispo do Rio de Janeiro, que, no início do século passado, englobava ainda os Estados de Santa Catarina, Espírito Santo e Rio Grande do Sul.

As tabelas eram divididas pelos grupos étnicos, e pela condição de escravos ou libertos dos membros da comunidade.

O diário do confessor de D. Maria I de Portugal foi encontrado em péssimo estado de conservação, por esse motivo sua con-

sulta e manuseio estão proibidos ao público.

No momento, quais os problemas ou dificuldades que mais atingem o arquivo da Cúria Metropolitana?

— Por falta de funcionários e de melhores condições de trabalho, milhares de documentos, da maior importância para a pesquisa histórica, genealógica, geográfica e de outras ciências, encontram-se ainda dentro de caixas de ferro, lacradas, sem terem recebido qualquer espécie de tratamento técnico que permita a sua consulta.

Um arquivo de Cúria como o que você atualmente organiza tem alguma particularidade?

— Sim. A cristandade foi a única a ter a preocupação de registrar essa espécie de demografia histórica, que constitui o nosso acervo, anotando nascimentos, batizados, casamentos, testamentos e óbitos, enfim, todos os atos pri-



O Arquivo da Cúria tem ainda muito material a ser catalogado.

mordiais da vida do ser humano, desde o seu aparecimento neste mundo até a sua partida dele. É esse tipo de documentação (que durante o período colonial e imperial foi da competência exclusiva da Igreja) que torna o arquivo da Cúria um dos mais ricos repositórios do país. Tais documentos só deixaram de ter validade legal quando o Código Civil Brasileiro (Lei n.º 3.071, de 1.º de janeiro de 1916) determinou que somente os Registros Cíveis passariam a ter força legal, sendo reconhecidos pelo Estado. Se por um lado esses documentos perderam seu valor legal, por outro mantiveram seu interesse histórico.

Onde está situado o arquivo da Cúria e quais as condições de seu funcionamento para o público?

— O Arquivo da Cúria está provisoriamente instalado num anexo da antiga Catedral Metropolitana — Rua 1.º de Março — no centro da cidade, e seu espaço físico é mínimo para armazenar um acervo dos mais valiosos da historiografia demográfica brasileira. Está aberto à consulta de segunda a sexta-feira, das 9 às 12 horas e das 13 às 17 horas.

Em termos concretos, alguma providência foi tomada junto às autoridades para sanar, pelo menos

em parte, essa série de dificuldades que vem afetando o patrimônio documental colocado sob a custódia da Cúria?

— Recentemente foi publicada uma reportagem em um dos periódicos de maior circulação no país e inúmeros apelos oficiais foram dirigidos aos nossos governantes. Parece que, enfim, começam a surgir os primeiros resultados. Assim é que, recentemente, recebemos a visita de técnicos da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que vieram aquilatar nossos problemas mais imediatos. Esperamos, para breve, a concretização de medidas que venham a sanar nossas dificuldades mais prementes.

DESBUROCRATIZAÇÃO

*O Avanço Após um Ano**

Arquivo & Administração vem acompanhando, passo a passo, as medidas adotadas pelo Ministro Beltrão para desburocratizar a máquina emperrada da administração brasileira.

Reproduzimos matéria publicada em *O Globo*, de 20 de julho de 1980, data em que o Programa Nacional de Desburocratização completou seu primeiro aniversário de existência, da qual constam uma retrospectiva dos principais resultados obtidos nesse período, e uma entrevista concedida por Hélio Beltrão àquele órgão de imprensa, em que faz um balanço do que foi esse primeiro ano de sua gestão.

— O programa é a continuação da abertura — explica o ministro — é a extensão da abertura ao mundo burocrático, ao cotidiano

do homem comum. No plano político, a liberdade significa a proteção do cidadão contra o arbítrio do Estado. Mas, no cotidiano do cidadão, é preciso protegê-lo da burocracia, do desrespeito aos seus direitos de usuário.

Com o primeiro ano do Programa Nacional de Desburocratização, o que o senhor aponta como principais êxitos?

— O êxito principal do programa não é aquele que se traduz em números: é o da conscientização da opinião pública. Acho que o assunto foi colocado em pauta. É a adesão da opinião pública aos objetivos do programa, que foi por ela entendido, e o apoio dos meios de comunicação. Tudo isso é essencial ao êxito de um processo que é eminentemente cultural, embora tenha aspectos materiais que implicam a mudança de idéias, decretos, regulamentos, onde a burocracia está indiscriminada. Mas, sem esse apoio da opinião públi-

ca, sem essa conscientização, e sem, inclusive, a criação de um certo inconformismo contra a frieza burocrática, o que foi estabelecido nesse período, o programa não teria o ímpeto necessário.

Por que não é possível ao funcionário tomar a iniciativa de simplificar a vida do usuário?

— Isso exige uma explicação, exige que se desfaça um equívoco. A burocratização não é fruto de uma conspiração dos funcionários, é um processo inconsciente, até certo ponto, e que remonta a séculos. O problema burocrático é tão grande que não pode ser atacado todo ele ao mesmo tempo.

O funcionário, quando exige o cumprimento de uma formalidade absurda, não o faz por deliberação própria, mas porque o regulamento da seção o exige; por isso o problema é lento. Eu posso também lhe assegurar que existe uma adesão do grosso do funcionalismo a esses objetivos.

* Extraído de *O Globo*, Rio de Janeiro, 20 jul. 1980, p. 10.



Fas.
Arqu
v. 8
set